

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 27 de maio de 2010.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Carlo Roberto Simi, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Suplente Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Remígio Todeschini, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Renato Antônio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Antônio Lucas Filho, Conselheiro Suplente Representante da CUT; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Suplente Representante da CTB; José Colombo de Souza Netto, Conselheiro Titular Representante da CNT; e, Plínio Sarti, Conselheiro Suplente Representante da CNTur. **Convidados:** Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; e, Tarciso Celso Vieira de Vargas, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dez, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Centésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de
3 Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular Representante da CNS,
4 Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA:** O Presidente saudou a todos e, em seguida, passou a palavra ao
5 Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, que cumprimentou os presentes. O Ministro
6 observou que as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT eram superiores as despesas,
7 portanto não se poderia afirmar que o Fundo era deficitário, ressaltando que o repasse constitucional de
8 recursos aos BNDES era uma obrigação e não uma despesa, cujo retorno ao FAT se dava acrescido de
9 juros e correção monetária. Destacou que o Tribunal de Contas da União – TCU havia se manifestado
10 oficialmente concordando que não havia de se falar em déficit do FAT, acrescentando que estava sendo
11 preparada uma modificação do ordenamento orçamentário a fim de alterar a formatação atual, o que
12 ocorreria no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Destacou que a
13 elevação dos gastos com abono salarial e seguro-desemprego ocorria em função do aumento real do
14 salário mínimo, o que inclusive estava garantindo ao Brasil ser um dos poucos países do chamado G20
15 a apresentar crescimento real da economia. O Presidente enfatizou que não tinha dúvida alguma de que
16 todos os Conselheiros concordavam que o FAT era superavitário, ressaltando a necessidade de
17 convencer urgentemente a área econômica do Governo no sentido de melhorar os recursos destinados à

18 qualificação profissional. O Ministro informou que o MTE estava trabalhando um projeto de lei
19 visando destinar para a qualificação social e profissional o montante de recursos do abono salarial não
20 sacado pelo trabalhador. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado
21 do Nascimento, declarou que essas palavras do Ministro davam maior tranquilidade aos Conselheiros
22 quanto às contas do FAT, observando que o MTE precisaria divulgar com maior rigor essas
23 informações a fim de acabar definitivamente com as críticas sobre a gestão dos recursos do Fundo.
24 Sugeriu que fosse alocado à qualificação profissional, além do montante não sacado do abono salarial,
25 também os recursos oriundos da rubrica *Multas destinadas ao FAT*. O Conselheiro Titular
26 Representante da CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, informou que faria publicar na página
27 eletrônica da sua Entidade essas informações de que o FAT era superavitário, de modo a fortalecer a
28 verdade, propondo as demais Centrais Sindicais que fizesse o mesmo, caso estivessem de acordo com
29 essa opinião, destacando a importância da qualificação profissional como um direito do trabalhador. O
30 Presidente registrou que o sítio do MTE estava em fase de reformulação visando dar maior destaque as
31 informações relativas ao FAT e ao Conselho, fornecendo dados técnicos e financeiros. O Conselheiro
32 Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, enfatizou que a aplicação de recursos na
33 qualificação profissional poderia reduzir a rotatividade da mão-de-obra. O Ministro informou que o
34 MTE estava condensando o trabalho realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
35 Socioeconômicos – DIEESE sobre a rotatividade de mão-de-obra, destacando a necessidade de
36 qualificação e requalificação do trabalhador. O Conselheiro Suplente Representante da CNTur, Sr.
37 Plínio Sarti, destacou a segurança que o Ministro passava para o Conselho com a enérgica forma de
38 combater a análise equivocada da mídia sobre as contas do FAT. Observou que o Ministro do Turismo
39 havia declarado em entrevista ao jornal *A Folha de São Paulo* que o Brasil teria por meta chegar a 10
40 milhões de turistas no ano de 2016, quando seria realizada as Olimpíadas do Rio de Janeiro, ressaltando
41 sua preocupação com a qualificação profissional. O Ministro despediu-se, enfatizando a importância de
42 trazer aos Conselheiros as informações sobre o FAT. O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr.
43 Rodolfo Peres Torelly, fez um aparte para informar que a partir da presente reunião cada Conselheiro
44 passaria a contar com acesso à internet, de modo que poderiam consultar informações sobre o FAT e o
45 CODEFAT a qualquer momento. Na sequência, o Presidente deu as boas vindas ao Secretário de
46 Estado do Trabalho do Espírito Santo e Representante do FONSET, Sr. Tarciso Celso Vieira de
47 Vargas, passando em seguida ao **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Atas da 57ª Reunião**
48 **Extraordinária e da 103ª Reunião Ordinária, realizadas em 25 de março e 12 de abril de 2010,**
49 **respectivamente.** O Presidente indagou se havia alguma observação, em não havendo, considerou
50 aprovadas as Atas em referência. Prosseguindo, passou ao **III – APRESENTAÇÃO: ITEM 2 - Pelo**
51 **Banco do Brasil/BB-DTVM, tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo**

52 **de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-Extramercado.** O Representante da BB/DTVM, Sr.
53 Marcos Hossert do Amaral, informou que o Fundo BB-Extramercado registrava, em maio de 2010,
54 patrimônio líquido de R\$25,3 bilhões e rendimento de 99,5% do Benchmark, declarando que no
55 período de 01.03.2010 a 18.05.2010 ocorreram 12 operações de aplicação no montante de R\$2,2
56 bilhões e 22 operações de resgate no total de R\$3,2 bilhões. Na sequência, o Presidente passou ao
57 **ITEM 3 - Pela Coordenação-Geral de Gestão Operacional do CODEFAT – CGCON/DES, tema:**
58 **Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SIGOC.** A Coordenadora-Geral da CGCON, Sra.
59 Suely Barrozo Lopes, explicou que o SIGOC permitiria melhorar a interface entre as relações do
60 CODEFAT e do Ministério, integrando as ferramentas disponíveis no MTE, ressaltando que os
61 Conselheiros, face as suas atribuições, necessitavam de um acesso mais qualificado e imediato às
62 informações do FAT, e não como um usuário comum. Observou que o SIGOC, assim como a
63 informatização das reuniões do CODEFAT, fazia parte do compromisso assumido pelo Ministro no
64 início de sua gestão no sentido de melhorar as condições de trabalho dos Conselheiros. Explicou que o
65 SIGOC seria o eixo estruturante para o desenvolvimento do Portal do FAT, bem como que visava
66 oferecer maior acesso à informação, publicidade, segurança, transparência e controle administrativo e
67 da sociedade no uso dos recursos públicos, sendo constituído dos seguintes subsistemas e
68 funcionalidades: i) CODEFAT – disponibilização de mecanismos de consulta, inclusive, de material de
69 deliberação, ambiente de conversação/debate entre os Conselheiros e espaço para publicação de
70 matérias; ii) FAT - acesso às informações dos programas financiados com recursos do Fundo e os seus
71 resultados; iii) Comissões de Emprego – acompanhamento dos resultados e controle dos dados
72 cadastrais das comissões estaduais/municipais de emprego; iv) Depósitos Especiais – gerenciamento do
73 processo de celebração dos instrumentos de depósitos especiais de modo a permitir a verificação da
74 execução da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT - PDE; e, v) Bens
75 Móveis do FAT – informações a respeito dos bens móveis adquiridos com recursos do FAT a fim de
76 subsidiar a análise dos planos de trabalho. Relatou que o subsistema Comissão de Emprego era o que
77 se encontrava em estágio mais avançado de desenvolvimento, não por questão de priorização, mas em
78 função de determinação do TCU, que ao julgar as contas do FAT do exercício 2007 havia recomendado
79 o fortalecimento da gestão tripartite nas outras esferas de governo. A Coordenadora-Geral da CGCON
80 finalizou, destacando a realização de um teste com a Comissão Estadual de Emprego de Minas Gerais,
81 o qual apresentou resultados positivos, acrescentando que o Ministério pretendia realizar, em breve, um
82 treinamento com a presença de todos os secretários executivos das comissões estaduais de emprego
83 para avaliação do subsistema Comissão de Emprego. O Presidente destacou a importância do trabalho
84 realizado pela Coordenadora-Geral da CGCON, e sua equipe, no sentido de tornar as reuniões do
85 CODEFAT cada vez mais informatizadas, o que conferia maior transparência às ações do Conselho,

86 declarando, em seguida, aberta as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT parabenizou a
87 Coordenadora-Geral da CGCON pela apresentação do Sistema, enfatizando que o trabalho
88 desenvolvido pela sua Coordenação-Geral era muito importante para tranquilizar os Conselheiros no
89 tocante ao acompanhamento da gestão operacional do CODEFAT. Indagou sobre o controle dos bens
90 móveis do FAT, os quais superavam 200 mil unidades, sugerindo a realização de visitas, por parte dos
91 Conselheiros, a alguns postos de atendimento ao trabalhador. A Coordenadora-Geral da CGCON
92 informou que se encontrava em elaboração inventário dos bens móveis adquiridos com recursos do
93 FAT relativo ao exercício de 2009, o qual seria enviado aos Conselheiros tão logo fosse finalizado. O
94 Conselheiro Titular Representante da CNT, Sr. José Colombo de Souza Netto, destacou a importância
95 do trabalho da CGCON no sentido de desenvolver um Sistema para disponibilizar ao CODEFAT, e à
96 sociedade, informações sobre as ações desenvolvidas a partir dos recursos do FAT, o que permitiria
97 verificar a eficácia dos programas e, ainda, aferir se os resultados estavam alcançando os seus
98 objetivos. O Conselheiro Suplente Representante do MPS, Sr. Remígio Todeschini, parabenizou a
99 Coordenadora-Geral da CGCON pelo trabalho competente de gestão operacional do CODEFAT e, em
100 seguida, aproveitou o ensejo para informar que brevemente seria lançado um livro, em conjunto com
101 pesquisadores da Universidade de Brasília - UnB, que tratava do atendimento à população,
102 principalmente a partir do chamado Sistema Público de Emprego, registrando que encaminharia à
103 Secretaria Executiva do CODEFAT exemplares para distribuição aos Conselheiros. Na sequência, o
104 Presidente passou ao **ITEM 4 - Pela Coordenação-Geral de Informática do MTE, tema:**
105 **Posicionamento sobre o desenvolvimento do SIGFAT.** O Representante da Coordenação-Geral de
106 Informática - CGI, Sr. Geovani Alves Pinto, apresentou cronograma do módulo Movimentação
107 Financeira, opções Depósitos Especiais e Extrato Financeiro, destacando que estava previsto para o dia
108 14 de junho próximo o evento Teste Real da Transmissão de Dados do Extrato Financeiro com o Banco
109 do Brasil, ressaltando a importância dessa ação para a confiabilidade do Sistema Integrado de Gestão
110 do Fundo de Amparo ao Trabalhador – SIGFAT. Registrou que o Sistema já estava pronto para receber
111 informações, estando apto a calcular novos dados que fossem inseridos e mostrar os resultados em
112 planilhas conforme solicitado pela CGFAT, ressaltando que a carga do legado de 2005 a 2010, e do
113 legado anterior a 2005, ocorreria a partir de 22 de junho e 3 de agosto de 2010, respectivamente. Em
114 seguida, o Presidente passou ao **ITEM 5 - Pela Assessoria do Departamento de Emprego e Salário**
115 **– DES e Equipe da UnB, tema: Avaliação Externa do Programa do Seguro-Desemprego –**
116 **Convênio UnB.** A Assessora Técnica do DES, Sra. Adriana Philips Ligiéro, recordou que em 2007 o
117 CODEFAT havia recomendado ao MTE que realizasse uma avaliação externa do Programa do Seguro-
118 Desemprego - PSD, que incluía o benefício do seguro-desemprego (SD), a intermediação de mão-de-
119 obra (IMO) e a qualificação social e profissional (QSP), pois estava completando 20 anos e nunca

120 havia sido avaliado. Relatou que a partir dessa recomendação o Ministério elaborou um Termo de
121 Referência onde constava questões relacionadas a cronograma e abrangência da avaliação, o qual foi
122 encaminhado a sete universidades públicas. Informou que três universidades apresentaram propostas
123 para execução da avaliação externa em referência, sendo que o Grupo de Trabalho constituído no
124 âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, para acompanhamento do Projeto,
125 selecionou, em dezembro de 2007, a Universidade de Brasília - UnB para a realização do trabalho em
126 tela. Relatou que a UnB havia entregado ao Ministério o relatório final de avaliação e o banco de dados
127 com as informações tabuladas, os quais já foram aprovados pelo Grupo de Trabalho, ressaltando que
128 ainda estavam pendentes dois produtos, sendo um deles essa apresentação ao CODEFAT sobre os
129 resultados dos trabalhos e, o outro, a publicação dos resultados das avaliações piloto e nacional no
130 formato de livreto e mídia digital. A Assessora do DES finalizou, recordando que em dezembro último
131 havia sido realizado, em Brasília, um Seminário Nacional para apresentação e discussão dos resultados
132 da supramencionada Avaliação Externa, o qual contou com a participação de alguns Conselheiros. Na
133 sequência, o Presidente passou a palavra a equipe de pesquisadores da UnB para apresentação do tema.
134 O Coordenador da Equipe da UnB, Professor Danilo Nolasco Cortes Marinho, observou que o
135 resultado do projeto havia sido apresentado ao MTE em três níveis: 1) Livreto - resumo executivo dos
136 trabalhos; 2) Livro – consolidação dos resultados, o qual se encontrava em fase de editoração; e, 3)
137 CD-ROM – resultados detalhados das pesquisas. Informou que a metodologia do projeto de Avaliação
138 Externa se caracterizou pelo amplo escopo de fontes de dados e pela utilização de várias técnicas de
139 pesquisa, onde a coleta de dados ocorreu de forma simultânea e sequencial com a utilização combinada
140 de técnicas qualitativas e quantitativas. Observou que o PSD era bastante estruturado no que tangia ao
141 seu arcabouço político, institucional e técnico, destacando que o Programa possuía uma fonte bem
142 definida de recursos financeiros. Declarou que a autonomia do PSD era relativizada pela gestão das
143 finanças públicas, relatando que a política passiva (IMO e QSP) vinha sofrendo ao longo do tempo com
144 as incertezas orçamentárias, apresentando grandes oscilações nos seus recursos financeiros, o que não
145 ocorria com a política passiva (SD), que por ser constitucional, ficava bem alimentada financeiramente.
146 Prosseguindo, apresentou os principais resultados do Programa Nacional de Qualificação – PNQ/2007,
147 a saber; I) ações na se articulam com o sistema educacional; II) conjunto de títulos em cursos rápidos;
148 III) não conformam um arco ocupacional passível de certificação; IV) falta de conexão com as ações de
149 SD e IMO; V) baixa qualidade dos registros do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego –
150 SIGAE/PNQ; VI) lista de cursos não tem relação com o setor, nem com a ocupação; VII) informação
151 do PIS não é consistente, dificultando rastreamento do trabalhador ao longo da sua vida produtiva; e,
152 VIII) cursos oferecidos não ajudam o cursando a melhorar suas competências. O Coordenador da
153 Equipe da UnB enfatizou que dos 21 mil trabalhadores encontrados na Relação Anual de Informações

154 Sociais - RAIS, apenas metade havia permanecido no mercado de trabalho em 2007, registrando que
155 essa alta rotatividade de mão-de-obra comprometia as ações de qualificação profissional. Em seguida,
156 apresentou os resultados da IMO, a saber: 1) baixo percentual de vagas preenchidas - média de 31%,
157 segundo os empregadores cadastrados; 2) Baixo percentual de sucesso - 27% dos trabalhadores
158 conseguem emprego; 3) Pouco conhecimento do empregador sobre os serviços do Sistema Nacional
159 de Emprego – SINE - 26%, em média; 4) Baixa atratividade do SINE para trabalhadores - 38%
160 cadastrados; e, 5) baixa adesão do SINE pelos empregadores - 27% como principal meio de
161 intermediação. Relatou que os menos satisfeitos com o sistema de intermediação de mão-de-obra era
162 constituído pelos seguintes grupos: mulheres, negros, desempregados, e paradoxalmente, na outra
163 ponta, indivíduos com maior escolaridade. Observou que 63% das pessoas conseguiam empregos a
164 partir da rede de relações sociais, ou seja, através de amigos, da família, de indicações, e não pela
165 utilização do SINE. Na sequência, apresentou os principais resultados do benefício do seguro-
166 desemprego: I) realizado pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE, pelos
167 postos do SINE e pelas agências da Caixa Econômica Federal, sem que haja padronização de
168 atendimento; II) aumento da taxa de cobertura do SD, de 64% para 77% entre 2000 e 2008; III) 68%
169 dos trabalhadores manifestaram satisfação com o SD; IV) apresenta baixa incidência de problemas,
170 sendo 10% nos requerimentos e 13% nos saques; V) falta de informação adequada sobre o SD para o
171 trabalhador; VI) 54% dos trabalhadores manifestaram insatisfação com o valor e 55% com a
172 quantidade de parcelas; VII) na maioria das agências executoras não se realiza a rotina de recusa ao
173 segurado; VIII) ocorrência de muitos recursos na habilitação por problemas de controle e segurança na
174 informação; IX) demora na resposta aos recursos, prejudicando o trabalhador; e, X) falta de integração
175 do SD com a IMO e a QSP, onde 72% não receberam apoio para conseguir trabalho e 83% não foram
176 encaminhados para a qualificação profissional. Em seguida, o Coordenador da Equipe da UnB
177 registrou que a Avaliação Externa havia apontado as seguintes recomendações: 1) definir um
178 percentual dos recursos para atender às demandas de QSP e IMO; 2) assegurar a integração do
179 Programa Seguro-Desemprego já no atendimento ao trabalhador, orientando-o e direcionando-o para
180 QSP e IMO; 4) elaborar indicadores de esforço de busca de emprego por parte dos beneficiários; 5)
181 desenvolver no sistema web (portal) possibilidade de acesso aos serviços provenientes do Sistema
182 Público de Trabalho, Emprego e Renda em nível nacional, com suporte de orientação para os
183 atendentes, trabalhadores e empregadores; 6) garantir um cadastro único de SD, PNQ e IMO, junto ao
184 SIGAE-Web; 7) incluir controle de qualidade e crítica na entrada dos registros; 8) integrar no SIGAE-
185 Web a consulta aos bancos de dados do CAGED, Seguro-Web, CNIS, PIS, RAIS e FGTS, respeitados
186 os perfis de acesso e permitindo o cruzamento de informações; 9) aumentar a participação do SINE nos
187 mercados de trabalho, integrando agências privadas, sindicatos, associações e organizações não-

188 governamentais no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; 10) padronizar os serviços e o
189 atendimento, com capacitação permanente e ampliação dos canais de informações e da interatividade
190 com o trabalhador e o empregador; 11) reforçar a orientação social e profissional; 12) estabelecer
191 parâmetros e condições de aprovação dos planos estaduais de qualificação profissional a fim de garantir
192 a articulação com o mercado de trabalho; 13) articular com o Ministério da Educação e Secretarias de
193 Educação a articulação entre QSP e educação para jovens e adultos - EJA; 14) definir listas de cursos
194 com diretrizes e integrados aos arcos ocupacionais; 15) desenvolver repositório de material didático
195 para disseminar experiências de qualificação; 16) articular a QSP com ações para a elevação de
196 escolaridade e de ensino técnico e tecnológico; 17) oferecer atendimentos diferenciados a grupos
197 vulneráveis de IMO e QSP; 18) ampliar a carga horária destinada à aula prática na qualificação; e, 19)
198 desenvolver programas de estágios profissionais supervisionados. O Coordenador da Equipe da UnB
199 finalizou, declarando que a política de emprego, dada a sua grande importância, deveria estar em
200 processo constante de ampliação, melhoria e aperfeiçoamento, não podendo ficar à mercê de
201 circunstâncias econômicas. O Presidente observou que essa Avaliação Externa do Programa do Seguro-
202 Desemprego mereceria um seminário específico para discussão dos resultados e recomendações,
203 declarando que isso não seria possível na presente reunião, dada a exiguidade de tempo. Em seguida,
204 abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente Representante da CTB, Sr. Joilson
205 Antônio Cardoso do Nascimento, ressaltou a importância do trabalho efetuado pela UnB, sugerindo
206 que fosse marcado para breve um debate a respeito da Avaliação Externa em referência. O Conselheiro
207 da Força Sindical observou a necessidade de se realizar um seminário, ou reunião extraordinária, a fim
208 de promover uma discussão aprofundada do trabalho apresentado pela UnB. O Conselheiro da CNTur
209 julgou que essa Avaliação Externa realizada pela UnB apresentava a maior análise da política pública
210 de emprego que se tinha notícia no País, associando-se à sugestão de realização de um evento
211 específico para discutir com profundidade o tema. O Conselheiro da CGTB concordou com a
212 necessidade de um seminário para debater o assunto, o qual precisaria ir além dos dados apresentados
213 pela UnB, devendo abordar também a questão da política macroeconômica, principal responsável pelo
214 aumento da rotatividade de mão-de-obra, do desemprego e da quebra das empresas. O Conselheiro
215 Suplente Representante do MTE e Vice-Presidente do CODEFAT, Sr. Carlo Roberto Simi, manifestou
216 concordância com as sugestões apresentadas no sentido de se realizar um seminário visando uma
217 discussão mais profunda e detalhada dos resultados e recomendações apontados pela UnB a partir da
218 Avaliação Externa do Programa do Seguro-Desemprego. Enfatizou que se encontrava em discussão
219 uma emenda constitucional que tornaria a qualificação profissional um direito do trabalhador.
220 Enfatizou a importância de se promover a integração das políticas públicas de emprego, com a
221 vinculação do seguro-desemprego aos programas de qualificação profissional, e desses com o setor

222 educacional. Observou, quanto à orientação profissional, que o MTE estava articulado com a
223 Associação Brasileira de Educação Profissional para desenvolvimento do Programa de Educação
224 Profissional, que atualmente não apresentava qualquer vinculação com os programas de políticas
225 públicas de emprego. O Conselheiro da UGT declarou sua satisfação com o índice de 68% de aceitação
226 dos trabalhadores quanto ao benefício do seguro-desemprego, ressaltando que se tratava de uma
227 política pública gigantesca. Afirmou que o ideal seria o trabalhador buscar qualificação profissional
228 dentro de um mesmo arco ocupacional, ressaltando que esse procurava qualificação em múltiplas
229 funções de modo a aumentar as suas possibilidades de recolocação no mercado de trabalho. O
230 Representante do FONSET, Sr. Tarciso Celso Vieira de Vargas, sugeriu a realização de um evento
231 nacional, com a participação de todos os atores que militavam na área do trabalho, a fim de discutir
232 detalhadamente todas as questões levantadas pelo estudo da UnB. O Conselheiro Titular Representante
233 da NCST, Sr. José Gabriel Texeira dos Santos, concordou que se fazia necessário realizar um seminário
234 para debater melhor o assunto, propondo que sua realização ocorresse no mês de julho próximo. O
235 Conselheiro Suplente Representante da CUT, Sr. Antônio Lucas Filho, chamou a atenção para os
236 trabalhadores do setor agrícola, onde reinava a informalidade, o que levava a maior parte desse público
237 a ficar sem o amparo do seguro-desemprego, declarando que essa questão precisaria ser discutida. O
238 Presidente destacou que seria estudada a realização de um seminário, ou de uma reunião extraordinária
239 do CODEFAT, com o objetivo de promover uma discussão aprofundada sobre o trabalho apresentado
240 pela UnB. O Secretário-Executivo do CODEFAT informou que a UnB já havia entregado ao MTE um
241 banco de dados contendo todo o trabalho da Avaliação Externa em referência, o qual seria mantido
242 atualizado a fim de subsidiar o Ministério em diversas ações. Destacou que assim como a qualificação
243 profissional, a intermediação de mão-de-obra também era muito importante, sendo necessário melhorar
244 a estrutura dos postos de atendimento ao trabalhador, os quais recebiam o requerimento do benefício do
245 seguro-desemprego, bem como as inscrições para colocação/recolocação no mercado de trabalho e para
246 ações de qualificação. Declarou que esse trabalho realizado pela UnB representava um embasamento
247 científico que possibilitaria uma ação mais firme no sentido de proporcionar ao trabalhador uma boa
248 rede de atendimento. O Presidente declarou intervalo de 1 (uma) hora para o almoço. Reiniciando os
249 trabalhos, o Presidente passou ao **IV – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 6 - Prestação**
250 **de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, exercício 2009.** O Titular da Coordenação-
251 Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, esclareceu que os dados a
252 serem apresentados correspondiam a uma síntese do Relatório de Gestão do FAT, o qual deveria ser
253 encaminhado ao TCU até 31 de maio próximo. Explicou que os programas e ações do FAT eram
254 executados de forma orçamentária (execução descentralizada, com gestão financeira operada pelas
255 Unidades Gestoras do MTE) e de forma extra-orçamentária (execução exclusiva pela CGFAT, a

256 partir da realização de aplicação financeira do FAT em depósitos especiais, nos limites autorizados
257 pelo CODEFAT na Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE de
258 cada exercício). Declarou que a receita da arrecadação PIS/PASEP havia recuado 2,71% em relação
259 ao exercício de 2008, saindo de R\$25,04 bilhões para R\$24,36 bilhões, resultado dos efeitos da crise
260 econômica mundial do segundo semestre de 2008 sobre o Brasil, o que levou o governo a adotar
261 medidas para reduzir os impactos da crise no nível de atividade do País, como desoneração tributária.
262 Informou que no exercício de 2009 houve crescimento de 7,34% das Receitas Financeiras
263 (empréstimos do FAT ao BNDES, aplicações financeiras em depósitos especiais, aplicações das
264 disponibilidades do Fundo em títulos públicos no Fundo Extramercado e remunerações das
265 disponibilidades das contas suprimidas para pagamentos dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono
266 Salarial), e de 2,64% de Outras Receitas (repasse do Tesouro Nacional, recebimentos da quota-parte
267 da Contribuição Sindical, restituições de convênios, recebimento de multas devidas ao FAT e
268 restituição de benefícios não desembolsados para pagamento do Seguro-Desemprego e Abono
269 Salarial), de modo que ao final do exercício o montante das receitas apresentou crescimento de 0,07%
270 em relação a 2008, saindo de R\$35,00 bilhões para R\$35,02 bilhões. Explicou, quanto ao recebimento
271 de multas devidas ao FAT, que constou o valor de R\$18,3 milhões na LOA/2009 e R\$103,1 milhões na
272 realização do exercício 2009, ressaltando que já havia sido solicitado ao MTE ajustes nessa ação, pois
273 foi verificado que a diferença nos valores ocorreu em função de ter constado equivocadamente na
274 mencionada rubrica recursos oriundos da fiscalização do trabalho, os quais não fariam parte das
275 receitas do FAT. Prosseguindo, o Coordenador-Geral da CGFAT relatou que as despesas no exercício
276 de 2009 apresentaram os seguintes valores: i) pagamento do benefício seguro-desemprego – R\$19,57
277 bilhões; ii) pagamento do benefício abono salarial – R\$7,56 bilhões; e, iii) outras despesas – R\$603,6
278 milhões; totalizando o montante de R\$27,73 bilhões, ou seja, 29,55% superior às despesas registradas
279 em 2008. Observou que o total das receitas (R\$35,02 bilhões) subtraído pelo total das despesas
280 (R\$27,73 bilhões) apresentava resultado econômico positivo de R\$7,29 bilhões, esclarecendo que o
281 repasse constitucional ao BNDES havia somado R\$9,62 bilhões, o que implicava em resultado nominal
282 negativo da ordem de R\$2,33 bilhões, que para fins de equilíbrio orçamentário havia sido coberto com
283 recursos de parte do superávit de exercícios anteriores, conforme autorizado pela Secretaria de
284 Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP. Declarou que o
285 patrimônio do FAT sempre registrava crescimento, sendo que no exercício de 2009 ocorreu elevação
286 de 3,75% em relação a 2008, saindo de R\$154,73 bilhões para R\$160,53 bilhões, ressaltando que os
287 recursos do Fundo no exercício se apresentavam insuficientes para cumprir suas obrigações. O
288 Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, registrando que o TCU havia aprovado as contas do FAT até
289 o exercício de 2007, com ressalvas em alguns exercícios, dando quitação aos responsáveis, bem como

290 se encontrava em análise naquele Tribunal as contas do FAT do exercício de 2008. O Presidente abriu
291 as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT ressaltou que o programa Microcrédito
292 Produtivo Orientado havia apresentado índice baixíssimo de execução (1,68%), razão pela qual
293 precisava ser oxigenado, observando que esse programa estava descolado da SPPE, estando a cargo de
294 outra área do MTE, o que requeria mecanismos maiores de fiscalização e controle. Solicitou
295 esclarecimentos quanto à informação de que a maior parte do montante de R\$103,1 milhões referente
296 às multas devidas ao FAT seria oriunda da fiscalização do trabalho, não sendo contabilizado como
297 receitas do Fundo, registrando que acreditava ser bem maior o valor determinado pelos tribunais para a
298 conta emprego e salário. O Presidente relatou que seria solicitada a área competente informações a
299 respeito dessa questão das multas devidas ao FAT. O Conselheiro da CGTB registrou que estava
300 aguardando os resultados do debate ocorrido na sede do BNDES, especialmente sobre onde estavam
301 sendo aplicados os recursos do FAT, a fim de discutir uma proposta mais completa de como se poderia
302 aumentar o emprego no Brasil e fortalecer a qualificação profissional. O Presidente indagou se havia
303 mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Prestação de Contas do FAT do
304 exercício de 2009, registrando as assinaturas dos Conselheiros no Despacho que aprovava a
305 mencionada Prestação de Contas, bem como a abstenção do Conselheiro da CTB. Em seguida, passou
306 ao **ITEM 7 - Proposta de Resolução que altera a de nº 630, de 25 de março de 2010, que aprova a**
307 **Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2010 –**
308 **PDE/2010.** O Coordenador-Geral da CGFAT relatou que essa proposta de alteração visava atender
309 solicitação do Ministro de Estado do Turismo, Sr. Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, a saber: I)
310 Alteração da Resolução CODEFAT nº 630/2010 - remanejamento de R\$100,0 milhões, dos R\$200,0
311 milhões autorizados na PDE/2010 para aplicação no âmbito do FAT Giro Setorial, de modo a permitir
312 que outras empresas do segmento de turismo, além dos bares e restaurantes, tenham acesso aos
313 recursos do FAT, sendo propostos R\$60,0 milhões para micro e pequenas empresas e R\$40,0 milhões
314 para médias e grandes empresas; e, II) Alteração da Resolução CODEFAT nº 493/2006 – prorrogação
315 do prazo de contratação das operações de crédito no âmbito do FAT Giro Setorial, destinada ao setor de
316 turismo, de 30/06/2010 para até 31/12/2010. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em
317 não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução em tela. Na sequência, o Presidente passou
318 ao **ITEM 8 - Proposta de Resolução que altera a de nº 600, de 27 de maio de 2009, que institui a**
319 **linha de crédito especial FAT - MOTO-FRETE.** A Titular da Coordenação do Programa de Geração
320 de Emprego e Renda – CPROGER, Sra. Lucilene Estevam Santana, informou que a Caixa Econômica
321 Federal - CAIXA havia solicitado prorrogação do prazo de operacionalização da linha de 30/06/2010
322 para até 31/12/2010, observando que essa linha ainda não havia iniciado seu processo operacional
323 devido à pendência relacionada ao seguro do bem. O Representante da CAIXA, Sr. Jorge Pedro de

324 Lima Silva, complementou, esclarecendo que o maior dificultador para operacionalização dessa Linha,
325 que já apresentava diversos interessados, era o seguro do bem. Relatou que a CAIXA, por meio de
326 corretoras, havia entrado em contato com mais de 15 seguradoras, declarando que nenhuma havia
327 concordado em assumir o risco da operação, o que levou o Banco a tentativa de criar um Fundo
328 Garantidor do Bem, que seria administrado pelo Sindimotos e pelos representantes da indústria
329 automobilística e do setor de distribuição de veículos, o que também não logrou êxito. Declarou que no
330 dia anterior havia recebido um telefonema do diretor do Sindimotos, que relatou a existência de uma
331 seguradora disposta a apresentar uma operação de seguro apenas para furto e roubo de motocicletas,
332 ações responsáveis por mais de 80% dos sinistros, e não para o bem por completo, acrescentando que
333 estavam aguardando a proposta para apreciação. O Representante da CAIXA finalizou, declarando que
334 o Banco estava tentando de todas as formas encontrar uma solução para atender o segmento de moto-
335 frete. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da Força Sindical ponderou
336 que valeria a pena prorrogar o prazo de operacionalização da mencionada Linha, deixando consignado
337 que em breve o segmento de moto-taxi também apresentaria solicitação nesse sentido. O Conselheiro
338 Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, observou que os recursos do FAT,
339 tradicionalmente, eram destinados a investimentos, razão pela qual não concordava com a proposta de
340 prorrogação da Linha em tela, haja vista que sua aprovação tinha ocorrido em um momento onde a
341 economia estava com problemas, com baixa demanda, o que felizmente já havia sido superado. O
342 Presidente indagou se havia mais alguma observação, em não havendo, considerou aprovada a
343 prorrogação do prazo de operacionalização da linha de crédito especial FAT Moto-Frete, registrando o
344 voto contrário do Conselheiro do BNDES. Em seguida, passou ao **ITEM 9 - Proposta de Resolução**
345 **que altera a de nº 614, de 28 de julho de 2009, que institui a linha de crédito especial FAT –**
346 **TAXISTA.** A Coordenadora da CPROGER informou que o Banco do Brasil havia solicitado
347 prorrogação do prazo de operacionalização da linha de 31/08/2010 para até 31/12/2010 visando atender
348 um número maior de beneficiários, enfatizando que segundo o Banco a aprovação da Resolução
349 CODEFAT nº 631, de 25 de março de 2010, que autorizou a inclusão dos custos relativos à conversão
350 para uso de Gás Natural Veicular - GNV como item financiável dessa linha de crédito, permitiria o
351 aumento da margem de pagamento dos taxistas, potencializando as aplicações na mencionada Linha. O
352 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da CNT afirmou que algumas cidades,
353 especialmente aquelas que sediariam as Olimpíadas e a Copa do Mundo, estavam exigindo vida útil dos
354 táxis de no máximo três anos, o que tornava essa Linha um instrumento importante para os taxistas
355 promoverem a renovação de seus veículos de trabalho. O Presidente indagou se havia mais alguma
356 observação, em não havendo, considerou aprovada a prorrogação do prazo de operacionalização da
357 linha de crédito especial FAT Taxista, registrando o voto contrário do Conselheiro do BNDES. Na

358 sequência, passou ao **ITEM 10 - Proposta de Resolução que altera a de nº 345, de 10 de julho de**
359 **2003, que institui o Programa de Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas – FAT**
360 **FOMENTAR e autoriza a alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no**
361 **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.** O Coordenador-Geral da
362 CGFAT esclareceu que bastaria uma alteração no Plano de Trabalho para possibilitar financiamento
363 pelo Cartão BNDES com a utilização dos recursos do FAT Fomentar, ressaltando que não haveria
364 necessidade de alterar a Resolução CODEFAT nº 345/2003. O Conselheiro do BNDES complementou,
365 observando que seria capital de giro associado ao investimento, ressaltando que o Banco faria um
366 esforço no sentido de separar o que seria um e outro, haja vista que se tratava de um cartão de crédito.
367 O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da CNT indagou sobre a
368 possibilidade de ser financiado, pelo Cartão BNDES, caminhões semi-novos, ao que o Conselheiro do
369 BNDES informou que solicitaria a área competente manifestação sobre o assunto. O Presidente
370 declarou que o Cartão BNDES era muito importante para a alavancagem das micro, pequenas e médias
371 empresas, no entanto, estava concentrado no setor de comércio, apontando que havia grande
372 dificuldade para cadastrar empresas do segmento de serviços no referido Cartão. O Presidente indagou
373 se havia mais alguma observação, em não havendo, declarou aprovada a retirada desse Item da pauta,
374 haja vista que a demanda seria atendida mediante alteração no respectivo Plano de Trabalho.
375 Prosseguindo, passou ao **ITEM 11 - Proposta de Resolução que altera a de nº 563, de 19 de**
376 **dezembro de 2007, que estabelece critérios para distribuição de recursos nas ações ‘Orientação**
377 **Profissional e Intermediação de Mão-de-obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao Seguro-**
378 **desemprego’ e ‘Pesquisa sobre Emprego e Desemprego’, para execução integrada das ações do**
379 **Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego -**
380 **SINE, e dá outras providências.** A Titular da Coordenação do Sistema Nacional de Emprego -
381 CSINE, Sra. Sinara Neves Ferreira, relatou que a Resolução CODEFAT nº 563, de 19 de dezembro de
382 2007, determinava em seu art. 5º que na adoção dos critérios nenhum conveniente individual poderia ter
383 valor conveniado superior a 110% ou inferior a 90% do valor conveniado no ano anterior, considerando
384 a distribuição dos recursos da Lei Orçamentária Anual – LOA. Declarou que ao se aplicar os
385 percentuais estabelecidos no art. 1º da Resolução CODEFAT nº 563/2007 os recursos apresentaram a
386 seguinte distribuição: i) Estados – R\$88,11 milhões; ii) Municípios – R\$44,05 milhões; e, iii) Entidades
387 Privadas – R\$14,68 milhões. Explicou que no momento de elaborar a distribuição dos recursos entre os
388 80 convenientes existentes (27 Unidades da Federação, 50 Municípios e 3 Entidades Privadas), foi
389 verificado que o valor constante na LOA/2010 (R\$146,86 milhões) seria insuficiente para atender o
390 percentual mínimo de 90% estabelecido no art. 5º da supracitada Resolução, razão pela qual o
391 Ministério apresentava proposta de alteração dos incisos de I a III do artigo 1º da Resolução

392 CODEFAT nº 563/2007, sugerindo-se a substituição do texto tachado pelo sublinhado, conforme a
393 seguir: I) ~~até 60%~~ máximo de 50% para o desenvolvimento das ações nas Unidades da Federação; II)
394 ~~até 30%~~ mínimo de 34% para desenvolvimento das ações nos municípios de mais de 200 mil
395 habitantes, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Censo Populacional ou
396 Estimativa Oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando o de base
397 mais recente, mediante convênios firmados com as prefeituras municipais; e, III) ~~até 10%~~ máximo de
398 16% para desenvolvimento das ações por entidades privadas sem fins lucrativos. Destacou que essa
399 nova distribuição de recursos vinha ao encontro da tendência de municipalização, registrando que em
400 2009 foram celebrados convênios com 17 municípios. O Presidente abriu as inscrições para
401 manifestação. O Conselheiro do MPS ressaltou a necessidade de trabalhar no sentido de fortalecer os
402 estados e municípios, sugerindo os seguintes percentuais para a distribuição dos recursos: i) 56% para
403 Unidades da Federação; ii) 34% para municípios; e, iii) 10% para entidades privadas. O Secretário-
404 Executivo do CODEFAT observou que a proposta apresentada pelo Ministério foi calculada a partir da
405 rede de atendimento instalada no País, havendo a necessidade de todo ano refazer os cálculos em
406 função da celebração de novas parcerias. O Conselheiro da Força Sindical defendeu a manutenção da
407 proposta de distribuição de recursos apresentada pelo MTE, ressaltando que a mesma havia sido
408 amplamente discutida no âmbito do Grupo de Apoio Técnico ao CODEFAT – GTFAT, no que foi
409 acompanhado pelo Conselheiro da CGTB. O Conselheiro da CUT relatou que se aliava a idéia de
410 fortalecimento do Sistema Público de Emprego, razão pela qual se absteria de votar sobre esse tema. O
411 Conselheiro do MPS declarou que também se absteria da votação, manifestando declaração de voto
412 pelo fortalecimento permanente de estados e municípios. O Presidente indagou se havia mais alguma
413 manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela conforme apresentado pelo MTE,
414 registrando as abstenções dos Conselheiros do MPS e da CUT. Em seguida, passou ao **ITEM 12 –**
415 **Proposta de Resolução que disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de**
416 **2010/2011**. O Técnico da Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Identificação
417 Profissional - CGSAP, Sr. Márcio Ubiratan Britto Jardim, declarou que o pagamento do Abono Salarial
418 relativo ao exercício de 2010/2011 iniciaria em julho do presente ano e encerraria em 30 de junho de
419 2011, conforme calendário divulgado pelo MTE e o CODEFAT aos agentes pagadores (CAIXA e
420 Banco do Brasil). Relatou que as estimativas apontavam para o crescimento de 9% no número de
421 trabalhadores identificados no exercício 2010/2011 com direito ao benefício do Abono Salarial em
422 relação ao exercício atual (2009/2010), devendo alcançar a marca de 18,4 milhões de trabalhadores e
423 dispêndio de R\$9,38 bilhões para o FAT. Destacou que a CAIXA seria responsável pelo pagamento de
424 aproximadamente 86% do total de abonos identificados (15,9 milhões de benefícios), e o Banco do
425 Brasil por 14% (2,5 milhões de benefícios). Informou que os dados de até 30 de abril de 2010

426 apontavam, com relação ao exercício 2009/2010, a identificação de 16,92 milhões de beneficiários e o
427 pagamento de 16,04 milhões de benefícios do Abono Salarial, o que representava uma taxa de
428 cobertura de 94,82% e dispêndio da ordem de R\$7,35 bilhões. Ressaltou o empenho do MTE, da
429 CAIXA e do Banco do Brasil, na tentativa de atingir o máximo de trabalhadores, envidando-se todos os
430 esforços para localizar os beneficiários. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não
431 havendo, considerou aprovado o cronograma de pagamento do Abono Salarial do exercício 2010/2011.
432 Na sequência, passou ao **V – OUTROS ASSUNTOS: Entrega dos seguintes documentos: Boletim**
433 **de Informações Financeiras do FAT – março/2010; e Texto explicativo sobre o tema**
434 **“Metodologia de aferição de empregos”;** elaborado pela Coordenação do **PROGER –**
435 **CPROGER/CGER/DES/SPPE/MTE.** O Presidente informou que esses documentos se encontravam
436 na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos, na qual continha todo o material
437 da presente reunião. O Secretário-Executivo do CODEFAT complementou, esclarecendo que o informe
438 relativo ao PROGER trazia um estudo da avaliação do impacto do Programa nas micro e pequenas
439 empresas. Informou que seria realizada uma reunião extraordinária do CODEFAT ao final do mês de
440 junho próximo a fim de deliberar sobre a Proposta Orçamentária do FAT para o exercício de 2011.
441 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a
442 reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-
443 Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do
444 CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

CARLO ROBERTO SIMI
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Suplente Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

REMÍGIO TODESCHINI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

RENATO ANTÔNIO HENZ
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

Continuação da Ata da 104ª Reunião Ordinária do CODEFAT

PAULO LIBERGOTT

Conselheiro Suplente Representante do BNDES

SÉRGIO LUIZ LEITE

Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular Representante da UGT

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS

Conselheiro Titular Representante da NCST

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA

Conselheiro Titular Representante da CGTB

ANTONIO LUCAS FILHO

Conselheiro Suplente Representante da CUT

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO

Conselheiro Suplente Representante da CTB

JOSÉ COLOMBO DE SOUZA NETTO

Conselheiro Titular Representante da CNT

PLINIO SARTI

Conselheiro Suplente Representante da CNTur
